

Apresentação

O presente número da revista é composto essencialmente por comunicações apresentadas na Conferência intitulada «Guerras e conflitos violentos em África», organizada pelo Centro de Estudos Africanos e o Departamento de Antropologia do Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa-ISCTE, e que decorreu entre os dias 21 e 22 de Fevereiro de 2002. O objectivo da conferência consistia em reunir um grupo de especialistas para reflectir e discutir sobre as evoluções recentes dos conflitos armados em África, nomeadamente como é que elas estão relacionadas com a (re)categorização de identidades sociais e em que medida afectaram (e afectam) o processo de recomposição política nas suas dimensões étnica, regional e nacional. Uma segunda linha de reflexão e de debate devia centrar-se sobre aspectos relacionados com os conceitos de colonialismo, nacionalismo, interesses geo-estratégicos e reordenamento do mosaico político internacional.

Inicialmente concebida como um fórum de discussão dos conflitos que assolam o Corno de África, a abrangência da Conferência cedo foi alargada à totalidade do continente africano devido à dimensão e ao carácter dramático que algumas das conflitualidades vinham assumindo. Com efeito, as guerras e os conflitos violentos têm sido traços marcantes da evolução política e social das sociedades africanas na segunda metade do século XX e princípios do século XXI. Mais de trinta guerras tiveram lugar em África desde 1970, tendo a maior parte delas tido origem em conflitos entre Estados. Só no ano de 1996, catorze dos 53 países africanos foram afectados por conflitos armados¹. Esta realidade constitui um constrangimento de importância primordial na organização política, social e económica de todo o continente africano. Segundo um relatório recente do Banco Mundial, um africano sobre cinco vive num país severamente perturbado por conflitos violentos. A isto acresce que, fazendo abstracção das guerras de independência, perto de 20 países experimentaram pelo menos uma vez um período de lutas civis graves desde 1960.

Assumindo ora a forma de luta pela independência – como aconteceu em alguns territórios outrora colonizados por Portugal –, ora servindo de pretexto para exacerbar contendas entre etnias ou elites de um mesmo país, ou ainda como meio de resolução de querelas fronteiriças entre Estados, estas guerras têm condicionado de forma claramente negativa o desenvolvimento de várias destas sociedades, des-

¹ Cf. Fitzroy Nation, «A Continent at War, and in Discourse», *Searching for Peace in Africa. An Overview of Conflict Prevention and Management Activities*, a publication of the European Platform for Conflict Prevention and Transformation, Utrecht, 1998, p. 25.

truindo as suas ténues infra-estruturas políticas e económicas, provocando a deslocação forçada de populações e agravando as situações de pobreza, ela própria igualmente geradora de conflitos que ameaçam comprometer o seu futuro.

Contrariamente às expectativas de muitos analistas, o fim da guerra fria não significou a resolução pacífica dos conflitos armados, verificando-se em vez disso um agravamento dos mesmos em alguns quadrantes do globo, e especialmente em África, como ilustram o conflito fratricida que opõe o MPLA à UNITA em Angola, a Etiópia à Eritreia no corno de África, o conflito na Serra Leoa e Libéria e as lutas intestinas na República Democrática do Congo, entre outros.

Embora estes conflitos tomem frequentemente de empréstimo a roupagem de reivindicações territoriais ou de guerras civis entre etnias ou nacionalidades, tem-se tornado claro, na maior parte dos casos, que existem motivações geo-estratégicas para o controlo dos recursos naturais (designadamente petrolíferos, diamantíferos ou aquíferos), tornados objectos de cobiça de castas guerreiras. Ora, esta constatação vem revelar a extrema dependência económica e política de largos sectores do continente africano em relação às nações industrializadas e aos empórios multi-nacionais, e contradiz a percepção optimista que procura estabelecer uma condição pós-colonial daqueles países.

A dinâmica desestruturadora que as guerras e conflitos têm assumido nas diferentes regiões do continente africano traduz-se na destruição de famílias e comunidades inteiras, na recomposição de entidades políticas, na desagregação do tecido social e económico de vários países, no empobrecimento de áreas regionais, no agravamento de complexos problemas ecológicos. A Conferência Internacional propôs-se, assim, ser uma análise colectiva das causas e efeitos do fenómeno da violência militar e guerreira em África numa perspectiva pluri-disciplinar e comparativa, procurando assim estabelecer vias para a compreensão da situação presente em distintos contextos regionais. Houve, por isso, toda a pertinência em reunir competências provenientes de diferentes disciplinas das ciências sociais (Antropologia, Sociologia, Ciência Política, Economia) para, apelando a um diálogo intensivo entre diversas especializações regionais, reflectir e debater as várias dimensões desta verdadeira «pandemia».

A variedade das comunicações apresentadas à Conferência, aliás reflectida no material que ora publicamos, bem como os debates havidos durante os dois dias em que a mesma decorreu são reveladores não só do interesse e pertinência do tema, como da existência de resultados de investigação concretos e das pesquisas em curso sobre a matéria. Estes resultados têm igualmente revelado ser necessário continuar a estudar os conflitos por forma a aprofundar a nossa compreensão das suas causas e a compreender a sua fenomenologia. No momento em que levamos ao prelo estas actas é nos dado a conhecer um novo capítulo de uma das maiores, senão a maior guerra africana – envolvendo seis países e tendo feito, em quatro anos, mais de dois milhões de mortos – com a formalização de um acordo entre o Presidente congolês

Joseph Kabila e o seu homólogo ruandês Paul Kagame, comprometendo-se ambos a acabar com o conflito no ex-Zaire. Mas todos sabemos que o conflito é demasiado complexo e envolve muitos intervenientes e interesses (nacionais, regionais e internacionais) para encarar o seu fim de ânimo leve. Ele terá certamente novos desenvolvimentos e o seu equacionamento requererá, certamente, a ponderação de diversos factores. Daí estarmos convencidos da necessidade de uma espécie de monitoragem destes e demais conflitos que dilaceram o continente.

Por outro lado, e num plano mais regional, a relação de Portugal com os países africanos de língua portuguesa, antigos territórios coloniais portugueses, é condicionada pelo facto de estes viverem situações complexas de instabilidade política e, em alguns casos, de prolongado conflito armado. Uma melhor compreensão das suas causas e configurações é imprescindível para uma busca realista de soluções que permitam o desenvolvimento de uma cooperação mutuamente profícua, numa base renovada. Não é possível, no entanto, proceder a uma avaliação das situações internas desses países, sem ter em consideração o contexto regional em que se inserem, e os problemas que comungam com vários outros países africanos, igualmente sujeitos a uma lógica de violência.

Carlos Cardoso & Manuel João Ramos

Organizadores da conferência «Guerras e conflitos violentos em África»